



**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
**Grupo Parlamentar**

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
<b>COFAP</b>
Nº Único <b>428326</b>
Entrada/Sendo nº <b>230</b> Data <b>16/4/2012</b>

**Exmo. Senhor**  
**Presidente da Comissão de Orçamento,**  
**Finanças e Administração Pública**  
**Palácio de S. Bento**

Lisboa, 16 de Abril de 2012

Recentes notícias vindas a público e a denúncia de diversos sindicatos da Administração Pública dão conta de graves ataques aos direitos laborais dos trabalhadores da Administração Pública.

Na verdade, de acordo com informações veiculadas na comunicação social, o Governo PSD/CDS prepara uma grave e violenta ofensiva contra os trabalhadores da Administração Pública por via de alteração à sua legislação laboral.

Depois da malfadada alteração ao Código do Trabalho, o Governo PSD/CDS quer, além de implementar todas as malfeitorias do Código do Trabalho aos trabalhadores da Administração Públicas, ir mais além.

Assim, além da redução das indemnizações, a imposição do banco de horas, redução para metade do montante pago a título de trabalho suplementar, o Governo pretende, na Administração Pública, estipular que os contratos a termo deixam de ter direito a compensação nos casos de cessação, deixa de ser obrigatória a notificação da cessação do contrato de trabalho a termo certo, e pretende, entre outras malfeitorias, estipular um regime de mobilidade especial contra a vontade do trabalhador que, caso seja lei, terá gravíssimas consequência para a vida destes trabalhadores.

Tendo em conta a gravidade da ofensiva em curso, tendo em conta a necessidade de esclarecimentos públicos quanto às intenções do Governo, tendo em conta as gravíssimas consequências que tais medidas teriam para os trabalhadores da Administração Pública e para o país, o PCP requer a presença de um membro do Governo, na presente Comissão, com a maior brevidade possível.

Honório Novo

Jorge Machado

N/Refª: 41208-0614INPA/12